



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input checked="" type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Alternativas para moradia popular no Rio de Janeiro: ocupação e reconversão de usinas na Avenida Brasil

Popular housing alternatives in Rio de Janeiro: the occupation and conversion of Avenida Brasil factories

Alternativas para el hábitat popular en Río de Janeiro: ocupación y reconversión de fábricas en Avenida Brasil

MACHADO-MARTINS, Maira (1)

(1) Professora Doutora, Universidades Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Laboratório de Etnografia Metropolitana/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (LeMetro/IFCS), Lab'Urba (Université Paris-Est), Rio de Janeiro, RJ, Brasil; email: mmartins.maira@gmail.com

Alternativas para moradia popular no Rio de Janeiro: ocupação e reconversão de usinas na Avenida Brasil

Popular housing alternatives in Rio de Janeiro: the occupation and conversion of Avenida Brasil factories

Alternativas para el hábitat popular en Río de Janeiro: ocupación y reconversión de fábricas en Avenida Brasil

RESUMO

A partir dos anos 2000, observamos o surgimento de uma nova forma de moradia popular e “espontânea” às margens da Avenida Brasil, antiga via de entrada do Rio de Janeiro que abrigava as indústrias da cidade. Este tipo de moradia se caracteriza pela ocupação de antigos terrenos de usina, abandonados há alguns anos, por moradores de favelas. O processo de ocupação dos locais, a reconversão do espaço em moradia e as regras estabelecidas no seu interior fazem as ocupações se destacarem no contexto da habitação popular carioca, podendo ser chamadas de “condomínios populares”.

Este trabalho de pesquisa questiona as representações deste novo tipo de moradia, na cidade contemporânea e na sociedade atual. A análise realizada para esta pesquisa levou em consideração o desenvolvimento territorial da cidade e da favela de origem dos moradores, assim como as diferentes políticas públicas relativas à habitação precária, buscando compreender o significado destes “condomínios populares” e suas relações com a evolução urbana do Rio de Janeiro. O espaço de moradia construído pelos habitantes é analisado a partir do espaço social coletivo. Este trabalho discute as práticas específicas de um grupo social, e suas adaptações a partir de um novo espaço de moradia, caracterizado pela forma de condomínio.

PALAVRAS-CHAVE: ocupações, condomínio, habitação popular, Rio de Janeiro

ABSTRACT

Since 2000 a new type of popular and spontaneous housing has arisen on the borders of an old industrial highway called ‘avenida Brasil’, located in the city of Rio de Janeiro. Inhabitant from favelas invaded old lands of abandoned factories. The process of occupation of the lands, the conversion of space into housing, and the rules established therein, reveal that this type of invasion – ‘de facto shared ownership’ – is a new case in terms of popular spontaneous housing in Rio de Janeiro.

This research raises the question of the representation of this new type of housing in the city and in the actual society. This analysis took into consideration the urban development of the city as well as of the favelas of which the occupants came from originally, and the different public policies concerning precarious housing in order to understand the ‘de facto shared ownership’ and its relation with the urban evolution of Rio de Janeiro. The analysis of the constructed space of housing is developed in relation to urban and community social space. This study discusses the characteristics of a social group, its adaptation to a new space of housing, characterized ‘de facto shared ownership’.

KEY-WORDS: occupation, shared ownership, popular housing, Rio de Janeiro

RESUMEN

Desde la década del 2000, se observa la aparición de una nueva forma de vivienda popular y “espontánea” a lo largo de la avenida Brasil, antigua avenida industrial en la entrada de la ciudad de Río de Janeiro. Los dominios de una fábrica abandonada desde hace unos años están ocupados por habitantes de favelas. El proceso de ocupación de los locales, la conversión de este espacio en morada y las reglas establecidas hace que las ocupaciones se destacan del contexto de la vivienda popular de Río de Janeiro, que se podrían llamar “condomínios populares”.



Esta investigación cuestiona las representaciones de este nuevo tipo de vivienda, tanto en la ciudad contemporánea como en la sociedad actual. El análisis realizado para este estudio tuvo en cuenta el desarrollo territorial de la ciudad y de las favelas de origen de los ocupantes, así como las distintas políticas públicas en relación con la vivienda precaria, siendo el objetivo de entender el significado de estos "condominios populares" y sus relaciones con la evolución urbana de Río de Janeiro. Este espacio de morada construido por los habitantes se analiza desde el espacio social colectivo. En este trabajo se describen las características de un grupo social y sus adaptaciones en un nuevo espacio de vida, que se caracteriza en forma de condominios.

PALABRAS-CLAVE: ocupaciones, condominio, vivienda popular, Río de Janeiro

1 INTRODUÇÃO

A questão da moradia é um dos grandes problemas da atualidade, em diversas metrópoles do mundo, sobretudo em países considerados por muito tempo como países « em desenvolvimento ». A população mais atingida é, sem dúvida, aquela de menor poder aquisitivo, que compõe os grupos sociais mais desfavorecidos, e que enfrenta a questão da falta de realizações em relação a moradias dignas ao longo da História. A partir desta falta de resposta da parte do poder público, esta população encontra, ela mesma, formas e estratégias para morar na cidade. Estas formas se caracterizam muitas vezes pela irregularidade jurídica, utilização clandestina dos terrenos ou até pela ausência de um ordenamento espacial.

Desta forma, a dinâmica de transformação do espaço urbano das grandes cidades se traduz, entre outras, pelo desenvolvimento da habitação informal, muitas vezes precária, e organizada pelos próprios moradores. A cidade do Rio de Janeiro, por ter sido a capital do Brasil até 1960, apresenta dinâmicas urbanas em relação à moradia popular e informal que são específicas aos seus diferentes contextos históricos. Observamos assim diferentes modos de moradia popular ao longo do tempo, assim como suas relações estabelecidas com o meio urbano, por exemplo, os cortiços e favelas.

Analisar os diferentes modos de moradia popular, sua evolução em relação a cidade e os aspectos que orientam as políticas urbanas referentes a este tipo de habitação, pode contribuir para a reflexão de possibilidades futuras em busca de soluções para este problema, que atinge uma grande parte das cidades do mundo.

Esta pesquisa se concentra sobre uma forma relativamente nova de moradia popular na cidade do Rio de Janeiro, as ocupações, por uma população de baixa renda, de imóveis de função industrial abandonados e sua reconversão em moradia pelos próprios habitantes. Tais ocupações se iniciaram no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 e se situam à beira da Avenida Brasil, localizadas entre a referida Avenida e a via férrea onde a companhia de trens urbanos Supervia opera o ramal Saracuruna. Três ocupações, situadas próximas umas das outras, foram estudadas: “Condomínio Areias Brancas”, “Batidão” e “Monte Castelo”, a última foi escolhida como estudo de caso, sob uma perspectiva etnográfica¹.

¹ Com o objetivo de preservar a identidade e segurança dos moradores, foram omitidas as informações que revelam a localização exata das ocupações. Pelo mesmo motivo, o nome das ocupações e dos entrevistados foram modificados.



METODOLOGIA

Este trabalho é fruto da pesquisa de doutoramento, realizada entre 2006 e 2011² no Instituto Francês de Urbanismo da Universidade Paris-Est (IFU/UPE – Marne-la-Vallée). Com a orientação do sociólogo-urbanista Alain Bourdin, este trabalho teve como base metodológica a pesquisa empírica, utilizando a observação de campo e entrevistas abertas e semi-abertas. Como referência metodológica podemos citar aquela aplicada por William Foote Whyte na sua pesquisa no bairro italiano de Boston, Estados-Unidos (1943). Apesar de não ter utilizado o método da observação participante como o sociólogo Whyte, realizei as pesquisas de campo em diferentes períodos³, e pude acompanhar a evolução das ocupações, em particular do “Monte Castelo”.

2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS “CONDÔMINIOS POPULARES”

Primeiramente, denominamos esta forma de moradia como “condomínios populares” devido a certas características comuns relativas à configuração do espaço de habitação e ao funcionamento interno (presença de normas) que se assemelham à forma de organização condominial da “cidade formal”.

As três ocupações apresentam muros e portas/portões de acesso. No interior encontramos unidades de moradia particulares (casas ou apartamentos) e espaços coletivos de uso comum. Cada “condomínio” apresenta um síndico, responsável por representar os moradores em procedimentos de legalização e também por administrar todo tipo de problema dentro da ocupação, como conflitos entre vizinhos e problemas de ordem técnica, por exemplo o rompimento de tubulação de esgoto. Os habitantes pagam uma “taxa de condomínio”, que corresponde normalmente aos gastos coletivos, como faxineira, porteiro, consertos e manutenção.

Situadas em grandes terrenos de produção industrial – cuja área varia de 3.800m² a 12.000m² – as ocupações já apresentavam as redes de infraestrutura básica, como água, energia elétrica e esgoto. Os moradores adaptaram e prolongaram as redes de acordo com a conformação das moradias, sendo todos eles atendidos. Alguns “condomínios” apresentam redes legalizadas, outros não.

A estrutura no seu interior, tanto de comércio como de alguns equipamentos coletivos (no caso do “Monte Castelo”), demonstram que o espaço de moradia se apresenta consolidado em relação às demandas cotidianas e básicas dos moradores, apresentando eventualmente uma certa sofisticação.

A população moradora, sobretudo os primeiros ocupantes, é originária em grande parte de favelas, muitas delas próximas ao local, como as comunidades que compõem o bairro Maré, situado do outro lado da Avenida Brasil. Os primeiros ocupantes são responsáveis pelo processo de reconversão e construção do espaço de moradia e também dão o nome ao “condomínio”.

As três ocupações se localizam em uma zona dominada por milícia, um fator essencial para a compreensão de práticas e normas no interior destes espaços de moradia.

² A tese de doutorado foi defendida em setembro de 2011 na Universidade Paris-Est – Marne-la-Vallée.

³ As pesquisas de campo foram realizadas em dezembro de 2006, de junho a agosto de 2008 e de agosto a setembro de 2009.

3 AS RELAÇÕES ENTRE “CONDÔMINIOS POPULARES” E A MORADIA COLETIVA FORMAL NO RIO DE JANEIRO

Mas os “condomínios populares” demonstram representar mais do que uma alternativa à favela para seus habitantes (MACHADO-MARTINS, 2012). Encontramos uma série de aspectos, além daqueles já apresentados, que confirmam as semelhanças existentes entre este tipo de moradia popular e os condomínios da “cidade formal”. Podemos afirmar que as ocupações buscam integrar valores ou referências desta forma de moradia? Neste caso, seria este um desejo de normalização dos moradores ou um interesse em forjar uma formalização da parte do grupo de poder paralelo atuante na área? Afim de refletir sobre estas questões vamos abordar tais características presentes em cada uma das ocupações e que mais nos chamam atenção.

O terreno da ocupação “Condomínio Areias Brancas” apresenta uma configuração onde existe um prédio principal, duas edificações menores e mais deterioradas e casas de até dois pavimentos. No momento da ocupação do prédio principal os moradores chamaram um engenheiro para reforçar a estrutura física da construção e que realizou também um projeto de reconversão do espaço da fábrica em apartamentos. O resultado foi a construção de unidades de habitação tipo, com a mesma área e a mesma planta interna, compostas de dois ou três quartos. A síndica do prédio principal determinou que as fachadas dos apartamentos fossem pintadas da mesma cor e com portas e janelas do mesmo material. Observamos uma homogeneidade das construções nos corredores: de um lado temos janelas e portas em alumínio, e do outro, portas em madeira e janelas em alumínio (Figuras 1 e 2). O resultado é uma padronização tanto das fachadas quanto das plantas, típica dos condomínios de apartamentos formais. No “Condomínio Areias Brancas” cada unidade de habitação do prédio principal possui seu relógio de luz, o que determina uma conta correspondente ao gasto de cada morador. As despesas relativas à manutenção das partes comuns do edifício são divididas pelas unidades de moradia, como na forma condominial.

Figura 1: Fachada dos apartamentos no prédio principal do « Condomínio Areias Brancas » - lado esquerdo



Foto de Maira Machado Martins, 2009.

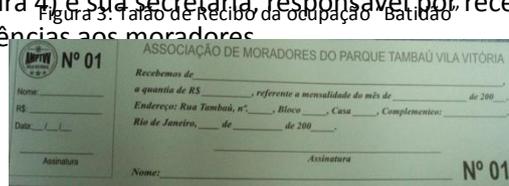
Figura 2: Fachada dos apartamentos no prédio principal do « Condomínio Areias Brancas » - lado direito



Foto de Maira Machado Martins, 2009.

Na ocupação “Batidão”, a existência de uma Associação de Moradores devidamente formalizada junto à Prefeitura, determina modalidades de administração bem semelhantes àquelas da cidade formal. A Associação de Moradores Parque Tambaú Vila Vitória, que atualmente engloba também a ocupação “Monte Castelo”, possui talão de recibo da “Contribuição Residencial do Associado” (Figura 3), e um espaço no interior da ocupação, com

sala para o síndico (Figura 4) e sua secretária, responsável por receber o pagamento das taxas e fornecer as correspondências aos moradores.



Forma de Recibo da ocupação Batidão. O formulário é da Associação de Moradores do Parque Tamboú Vila Vitória, Nº 01. Contém campos para nome, endereço (Rua Tamboú, nº, Bloco, Casa, Complemento), data, e assinaturas. O valor recebido é de R\$ _____ referente a mensalidade do mês de _____ de 200__.

Foto de Maira Machado Martins, 2009.

Figura 4: Sala do síndico na ocupação “Batidão”



Foto de Maira Machado Martins, 2009.

No “Monte Castelo”, as semelhanças com os condomínios formais se traduzem pela presença de equipamentos coletivos no interior e no emprego de serviços para manutenção do espaço comum, justificando inclusive o pagamento de uma “taxa de condomínio”. Esta ocupação apresenta piscina, uma pequena praça (Figura 5), quadra de esportes e palco para pequenas apresentações, além de dois porteiros, um do dia e outro da noite e uma faxineira que limpa as partes comuns da ocupação. A presença destes equipamentos em um espaço de habitação coletiva que apresenta em torno de 200 unidades, nos remete ainda mais diretamente à estrutura condominial da cidade formal devido a presença de funcionários (também moradores da ocupação) responsáveis pelo espaço coletivo da moradia. O “Monte Castelo” apresenta uma peculiaridade importante em relação às outras ocupações: o acesso ao interior se dá por uma única entrada e que, em 2006, era feita através de um portão automático que deveria ser acionado pelo porteiro.

Figura 5: Vista da praça da ocupação “Monte Castelo”, com a piscina ao fundo e palco para apresentações à



Foto de Maira Machado Martins, 2009

Além das particularidades apresentadas em cada caso, as ocupações da Avenida Brasil demonstram características comuns que se associam à forma de moradia em condomínio. A lei de respeito ao silêncio à partir de 22h, por exemplo, é uma norma que revela a busca de um equilíbrio na moradia coletiva que, apesar de criar conflitos no interior de algumas das ocupações, é reconhecida como necessária pela maior parte dos habitantes. A presença de certos elementos, como os muros que delimitam os terrenos das ocupações e os portões de acesso que são fechados pelo menos durante à noite, também refletem uma clara busca pela privatização do espaço. Se esta privatização não visa criar um espaço excludente ou uma homogeneidade social no seu interior, como observado em algumas formas de condomínio fechado por exemplo, ela se utiliza deste elementos como proteção da violência ou para marcar uma diferenciação deste espaço, criando um ambiente de moradia menos permeável do que, por exemplo, grande parte das favelas cariocas, cujo acesso é aberto aos logradouros públicos.

4 UMA FORMA HÍBRIDA DE HABITAÇÃO POPULAR

O emprego da expressão “condomínios populares” para caracterizar este tipo de moradia que encontramos na Avenida Brasil se justifica a partir da definição de um conjunto de unidades de habitação e cujo espaço comum é repartido entre os proprietários das casas e apartamentos. O que vem acontecendo em algumas ocupações, é que o espaço comum têm sido, progressivamente, ocupado por novas casas, e os equipamentos se encontram cada vez mais degradados, perdendo assim a sua função de uso comum para os moradores. Outro aspecto que também justifica o uso da expressão, é de ordem simbólica: a configuração homogênea dos espaços juntamente com as normas determinadas pelos síndicos, sobretudo no caso do “Condomínio Areias Brancas”, demonstram que estamos diante de uma forma de moradia que anseia por uma certa normalização do espaço, e que também se diferencia da forma que encontramos na maior parte das favelas cariocas. A presença destas novas normas no espaço de moradia também é apreciada por grande parte dos residentes entrevistados no “Monte Castelo”, quando estes destacam como uma das razões para abandonar a favela de origem, o desejo de escapar da brutalidade das leis impostas pelos narcotraficantes. Certamente as ocupações da Avenida Brasil não representam uma forma democrática de moradia coletiva, com uma verdadeira participação de seus habitantes, sobretudo na escolha do administrador e nos investimentos em manutenção dos espaços coletivos, mas algumas de suas regras internas procuram estabelecer um certo equilíbrio no interior do espaço de moradia. Por outro lado, foi observado no caso do “Monte Castelo”, que aqueles que não se habitam à “calmaria” das



ocupações (devido à menor frequência de festas, e a proibição de música alta a partir de 22h) ou que preferem um ambiente mais “livre” de normas, retornam à favela, onde são tolerados grande parte dos comportamentos proibidos nas ocupações. São normalmente moradores solteiros, ou recém divorciados, e originários de favelas situadas próximas da antiga fábrica. Os “condomínios populares” misturam assim referências da moradia formal e informal, constituindo o que poderíamos caracterizar como uma forma híbrida de moradia popular.

Esta forma híbrida se reflete igualmente nas razões apresentadas pelos moradores - não importando o grupo social ao qual pertencem – para buscarem formas fechadas de habitação: nos “condomínios populares” da Avenida Brasil a presença de muros altos e de equipamentos no seu interior geram, para alguns de seus moradores, um sentimento de segurança e conforto, como em certos condomínios da cidade formal. Outros argumentos comuns que elegem estas duas formas de moradia pelos seus moradores são: a melhora da qualidade de vida para as crianças, que podem brincar mais livremente em segurança, a tranquilidade e a proteção dos bens. Este último, no caso das ocupações, se traduz por exemplo pela certeza de que as casas não serão invadidas nem por bandidos, nem pela polícia e que o imóvel não perderá seu valor.

Por fim, a forma distinta das ocupações em relação às favelas de origem dos moradores, se reflete igualmente através da fala dos mesmos. As entrevistas realizadas no “Monte Castelo” revelaram que seus moradores não consideram a ocupação como uma favela. Para eles a favela representa a desordem e os seus moradores são vistos como pessoas que não sabem se comportar em sociedade. As ocupações são consideradas como uma categoria de moradia acima das caóticas favelas, com qualidade superior em relação ao habitat anterior, revelando uma melhora no percurso de moradia.

5 REFLEXÕES, MAIS DO QUE CONCLUSÕES

Duas pistas principais de reflexão contribuem para a compreensão da produção dos “condomínios populares” no Rio de Janeiro atualmente. A primeira chama a atenção para um processo em curso em diversas metrópoles do mundo, sobretudo as brasileiras e latino-americanas, onde a insegurança, a violência urbana e as fortes desigualdades sociais contribuíram para a proliferação de moradias e condomínios fechados por muros e grades, sobretudo devido ao abandono na gestão do espaço público pelos organismos de Estado e sua incapacidade em assegurar a ordem pública no meio urbano (CAPRON, 2006). A convivência entre forças de ordem, traficantes de drogas e redes de corrupção, e também a impunidade existente em relação a esta situação – que apresenta caráter ainda mais particular na cidade do Rio de Janeiro – não poderiam deixar de gerar a instauração de uma profunda injustiça social e uma enorme insegurança. Sendo assim, pode-se entender que as classes sociais mais diversas – inclusive as mais desfavorecidas – busquem soluções de moradias que se traduzam pela privatização do espaço, preservando-se assim da violência e tornando-se reveladoras das transformações urbanas (MACHADO-MARTINS, 2014).

Outra pista se constrói em torno da afirmação de Tsiomis (1994), para quem o meio urbano deve ser assimilado como uma articulação entre tecido espacial e tecido social. Uma vez que os “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000) foram amplamente realizados pelas camadas sociais mais favorecidas, o espaço público foi deixado para aqueles que não podem acessar estes espaços fechados. Os “condomínios populares” revelam assim, um processo de apropriação e de privatização de espaços residuais da cidade (neste caso, os terrenos

industriais abandonados às margens da Avenida Brasil) pelas camadas mais desfavorecidas da população. Situadas em uma parte da cidade caracterizada pelo abandono, devido à perda da sua função industrial e à presença de diversas favelas dominadas por facções de narcotraficantes que disputam o poder, os terrenos onde se ergueram os “condomínios populares” não suscitam o interesse do setor imobiliário e se tornam um pequeno “oásis”⁴ para alguns de seus moradores.

Sob uma perspectiva histórica da evolução da moradia popular carioca, podemos ainda refletir sobre o resultado da forma das ocupações da Avenida Brasil. Se os cortiços do final do século XIX apresentavam uma forma fechada e privada, sendo divididos em pequenas unidades de habitação, com espaços coletivos (como banheiros, lavanderia, etc.), temos em seguida a expansão das favelas na cidade. Estas, contrariamente aos cortiços, apresentam uma forma comumente “aberta”, como uma extensão do espaço público, podendo ser consideradas como espaço urbano residual, onde não haviam interesses imobiliários que impedissem a instalação inicial de suas populações. Os “condomínios populares” podem ser compreendidos como uma forma física híbrida destes dois tipos, pois ao mesmo tempo que apresentam configuração fechada, eles se situam em um espaço urbano residual, onde não há interesses nem imobiliários, nem do poder público, até recentemente.

Para concluir, podemos afirmar que os “condomínios populares” da Avenida Brasil são capazes de demonstrar novas tendências na habitação popular do Rio de Janeiro. Primeiramente temos o estabelecimento progressivo de uma nova forma de poder paralelo que toma o lugar dos narcotraficantes em espaços de moradia informal: as milícias. Esta nova forma de dominação impõe normas e modos de vida que modificam inclusive o *habitus* (BOURDIEU, 1980) dos habitantes destes núcleos de moradia. No caso do “Monte Castelo”, foi observado sobretudo a relação entre as crianças que residiram em favelas dominadas fortemente pelo tráfico de drogas e crianças nascidas na ocupação ou que chegaram ainda bebês. As manifestações entorno da violência cotidiana, a presença de armas e as histórias são sempre impressionantes e constantemente violentas no primeiro caso. Enquanto que as crianças criadas na ocupação, parecem ser mais “infantis”, o que se revela não somente nas conversas, como também nas brincadeiras.

Outra tendência indicada pelas ocupações aponta para a questão do aumento da violência em certas favelas ainda dominadas pelo tráfico de drogas, o que despertou em alguns de seus moradores o desejo de mudança de ambiente, sobretudo para criar os filhos (MACHADO-MARTINS, 2008). É importante frisar que esta mudança de moradia, representou para os primeiros ocupantes um longo período de dificuldades, pelo fato do terreno estar abandonado e fechado há alguns anos, o que demonstra o esforço e a necessidade de mudança para alguns. Os relatos dos primeiros ocupantes do “Monte Castelo” descrevem as situações vividas nos primeiros meses da ocupação: presença de ratos, baratas, devido ao lixo e ao entulho presente no terreno; as improvisações para instalações sanitárias, já que as existentes se encontravam impraticáveis; as inundações devido às fortes chuvas de verão e ao entupimento da rede de escoamento de águas pluviais, etc.

Esse investimento no espaço feito pelos primeiros ocupantes aponta para uma terceira tendência importante revelada pelos “condomínios populares”: o forte aumento do preço de imóveis e do aluguel em favelas, impossibilitando em certos casos o acesso à propriedade

⁴ É o que nos revela o depoimento de Ana, 34 anos, moradora do “Monte Castelo”, que caracterizou esta ocupação como « o refúgio da favela » (entrevista realizada em 11/06/2008).

nestes núcleos de moradia. Esta tendência já foi apontada por outras pesquisas, como o estudo sobre o mercado imobiliário informal em favelas do Rio de Janeiro, coordenado por Abramo (2003). Por outro lado, a presença destes espaços de indústria abandonados possibilitou a saída das favelas do Complexo da Maré sem portanto deixar a área original de moradia, podendo assim manter os laços com familiares, amigos, vizinhos e também seus costumes, como a frequência de certos comércios, usos de equipamentos - como escolas para os filhos – etc.

Os “condomínios populares” da Avenida Brasil se apresentam assim como uma alternativa para a moradia popular no Rio de Janeiro, que pode ser considerada inovadora sob o ponto-de-vista da reconversão do espaço e de certas normas estabelecidas no seu interior. Mas por outro lado esta solução para a moradia, ainda é informal e só é possível em espaços residuais da cidade, isto é, áreas urbanas economicamente desvalorizadas, sem interesse imobiliário e terrenos abandonados. Se a caracterização destas áreas de moradia são as mesmas há mais de um século, fica evidente que as soluções encontradas por esta população - ainda desfavorecida no contexto social para morar dignamente - ainda revelam criatividade, espontaneidade, e a falta de uma estrutura democrática para sua gestão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro e o Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro-IFCS/UFRJ) e o Laboratório de Estudos Urbanos (Lab'URBA- Paris-Est) pelas trocas intelectuais e disponibilização das ferramentas técnicas na elaboração da pesquisa. Agradeço sobretudo aos moradores entrevistados dos “condomínios populares”, que acompanho ao longo de quase oito anos, pela confiança e ao abrirem suas portas e parte de suas vidas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. *A dinâmica do mercado informal e a mobilidade residencial dos pobres*. On-line. Estudos Cariocas n° 20030301, IPP, março 2003. Disponível no site da Prefeitura do Rio de Janeiro. Acesso em 16/07/2010.
- ABREU, M. *A Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp / Editora 34, 2000.
- CAPRON, G. (org). *Quand la ville se ferme: quartiers résidentiels sécurisés*. Clamecy: Editions Bréal, 2006.
- LEEDS, E. *Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira : ameaças à democratização em nível local*. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (org). *Um século de favela*. Rio de Janeiro : Editora FGV, p. 233-276, 1998.
- MACHADO-MARTINS, M. *Les copropriétés populaires à Rio de Janeiro, une nouvelle forme de cohabitation?* In: CONINCK, F.; DEROUBAIX, J-F. (org). *Ville éphémère /Ville durable : nouveaux usages, nouveaux pouvoirs*. Paris: Éditions L'ŒIL d'Or, 2008.
- MACHADO-MARTINS, M. *Les copropriétés populaires à Rio de Janeiro, émergence d'un nouveau modèle d'habitat spontané*. L'Espace Politique (On-line), n. 17, 2012-2, 2012.
- MACHADO-MARTINS, M. *Le logement populaire comme révélateur des transformations socio-urbaines*. In: AUTHIER, J-Y.; BOURDIN, A.; LEFEUVRE, M-P. (org.). *La jeune sociologie francophone – Retour sur la tradition et exploration de nouveaux champs*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2014.
- SILVA, M. L. *Favelas cariocas: 1930-1964*. Rio de Janeiro : Contraponto, 2005.
- VALLADARES, L. *La favela d'un siècle à l'autre – mythe d'origine, discours scientifiques et représentations virtuelles*.



Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2006.

VAZ, L; JACQUES, P. *Formas urbanas nas favelas do Rio de Janeiro*. *Urbes*, n. 1, ano 1, p. 35-45, 2003.

TSIOMIS, Y. L'environnement et la question urbaine. In: RAYNAUT, C. ; ZANONI, M. (org). *Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente*, n. 1, p. 137-141, Curitiba: Ed. UFPR, 1994.

WHYTE, W. F. *Street corner society: la structure sociale d'un quartier italo-américain*. Paris: La Découverte, 2002 (1943).